

CONSTITUINTE e DEMOCRACIA DIRETA (depoimento)

Esse texto recupera entrevista à Revista “PROPOSTA” –Experiencias em educação popular”, da FASE nacional. Trata-se do numero 37, de Agosto de 1988.Pagina 49.”Constituinte e democracia direta-depoimento de Claudio Nascimento.”

“ A conjuntura nos colocou a questão da Constituinte no final de 1984, o que levou a Assembleia do CEDAC a uma tomada de posição. Até 1983 nos congressos e reuniões do movimento popular, como o da CUT, a Constituinte não era vista como uma bandeira fundamental na luta política do Brasil.Em agosto de 1983 , no congresso de fundação da CUT a bandeira da Assembleia Nacional Constituinte seria rejeitada, e mesmo o PT recusou a adoção dessa bandeira deluta, considerada uma bandeira liberal-burguesa , até as mudanças ocorridas no ano de 1984,principalmente a partir dos efeitos da campanha das Diretas-já.

A avaliação do CEDAC apontava para o fato de que a partir de 1985, a questão central estaria ligada à Assembleia Nacional Consituinte, relacionada com outras bandeiras de luta dos trabalhadores, como a questão da reforma agrária, da liberdade sindical, da reforma urbana. Acentuavamos a questão da relação cidade/democracia, gestão coletiva dos equipamentos sociais, política de transporte, saúde, educação,etc.relacionavamos estas lutas com a problemática da divida externa.

A ANC foi vista como o eixo que condensava todas as demais demandas sociais populares, como o eixo central da conjuntura que iria se iniciar em 1985.

Apesar dessa avaliação pudemos observar no CEDAC que estávamos completamente despreparados para a discussão da questão da Constituinte, no sentido de traze-la para o concreto: o que é que significa em termos de avanço da luta operaria e popular no Brasil a questão da ANC , ou mesmo da conjuntura política da transição ?

Para responder a essa questão vimos a necessidade de nos preparar politicamente.Começamos internamente no CEDAC, um conjuntod e trabalhos para aprofundar o significado da luta pela ANC no Brasil, buscando as referencias históricas dessa bandeira democrática.

A ETAPA INFORMATIVA.

No ano de 1984 a campanha das diretas tinha aberto o espaço para a luta pela ANC, modificando as expectativas polticas que desvalorizavam essa bandeira. Então, fizemos o primeiro curso acerca da ANC para uma Associação de moradores no bairro de São Vicente, em Nova Iguaçu, em 25 janeiro 1985, coincidindo com o lançamento da campanha publica pela Constituinte com Participação Popular no município vizinho de Duque de Caxias, por iniciativa de D.Mauro Morelli, bispo de Caxias e São João de Meriti, que já vinha sendo grande liderança dessa luta.

Com o slogan “ CONSTITUINTE SEM POVO NÃO CRIA NADA DE NOVO”, cerca de 3 mil pessoas se manifestaram no comício de abertura nacional da campanha abrindo um novo campo de ação e debate político.

O conteúdo do trabalho do CEDAC, através de seminários ,inicava-se com o estudo da parte histórica, vendo as diversas Constituições do Brasil, o seu significado, qual tinha sido a participação do povo nessas Constituições, destacando a preocupação com o conteúdo social das mesmas, em termos de avanços e recuos para o movimento social no Brasil.

O seminário sempre passava por uma análise de conjuntura , perguntando aos participantes dos diferentes movimentos sociais com os quais trabalhávamos, qual era a situação política, econômica e social que estávamos vivendo. Depois de caracterizada a conjuntura, partíamos para a discussão da ANC.

LUTAS SOCIAIS E DEMOCRACIA

Nós, do CEDAC, tínhamos uma visão política da relação entre socialismo e democracia que nos levava a uma interpretação de como conduzir o debate em torno da ANC. Entendíamos a Constituinte como um momento fundamental, que podia propiciar ao movimento popular no Brasil a conquista de elementos do que nós denominávamos democracia direta: a participação autônoma e direta da população no processo político.

Tendo por referencia a campanha das diretas já, que tinha demonstrado, na mobilização de massas, a capacidade de transformar o quadro de imobilidade política, colocando milhares de pessoas em movimento, constatamos a existência de um potencial muito grande e, a partir desse veio de mobilização popular direta, nos pareceu possível dar um sentido mais profundo para a luta pela Constituinte.

Até aquele momento vimos apenas os aspectos da hegemonia liberal, que tinha sido a tendência dominante no processo de luta pelas diretas. Buscávamos agora contribuir para um outro sentido, uma nova direção, a partir das nossas referencias de trabalho junto ao movimento social, deslocando a luta do campo meramente formal institucional. Mas procuramos saber como é que poderíamos desenvolver elementos de democracia direta no campo do processo do movimento popular em si.

Com essa ótica acerca da importância da democracia direta começamos a pesquisar os movimentos de participação popular em diversos processos constituintes, ao longo da historia de outros povos, mas com ensinamentos de abrangência universal: um pouco da Revolução Francesa (1789), e a experiência dos Soviets (conselhos operários) na Revolução russa de 1917. Desde a experiência da passagem dos Estados Gerais (Assembleia que discriminava a representação política conforme os padrões da Monarquia absoluta), até as diferentes assembleias da Revolução Francesa, destacando também a experiência da Constituinte nos Estados Unidos nascida com a luta pela Independencia em relação a Inglaterra.

Vimos nestas experiências que a dimensão de participação popular se deu em muitos níveis, porque foram marcadas por um conjunto de atividades descentralizadas antes de alcançarem a dimensão nacional e mesmo ao lado dessa dimensão. Trabalhamos a hipótese de um conjunto de atividades e lutas locais, municipais e estaduais que poderiam ampliar a dimensão

política do processo constituinte, como processo de baixo para cima na construção da democracia.

OS CONSELHOS POPULARES

A partir daí, começamos a pensar, no CEDAC, a questão dos conselhos populares em torno da luta pela Constituinte. Ao mesmo tempo no movimento popular, talvez iniciado no Paraná, a ideia de conselhos e comitês começou a frutificar. Já em março de 1985 os documentos do Movimento Pró Participação Popular na Constituinte apontavam como núcleo organizador da luta a organização de comitês populares. Essa formulação política oriunda da experiência direta do movimento social encaixava diretamente na nossa proposta de socialismo.

O **socialismo baseado na autogestão social**, que necessita de coletivos sociais, de comissões, de conselhos populares, ao nível de bairro ou de cidades, etc. Vimos um momento importante para o avanço dessa proposta no Brasil. E, com esse objetivo já mais delimitado partimos para a prática do fortalecimento da participação popular e entramos fundo na luta pela Constituinte.

EDUCAÇÃO POPULAR NA CONSTITUINTE

Na busca de um trabalho conjunto com outras entidades, montamos o Projeto “Educação Popular na Constituinte”, com a participação do próprio CEDAC, do IBASE, do CEDI, da FASE, do ISER, da CPT e da CPO. Em algumas reuniões passamos a definir a visão estratégica que orientaria nosso trabalho. Do meu ponto de vista (Claudio Nascimento), foi muito importante a definição de Ferdinand Lassalle no pequeno livro “O que é a Constituição”, onde ele apresenta uma visão de luta constituinte com um sentido estratégico duplo: como elaboração político-jurídica formal do documento chamado Constituição, cujo valor nós não devemos desprezar, embora seja secundário. Mas, dentro de uma visão dialética o aspecto principal é outro, o da luta constituinte enquanto processo aberto de possibilidades, profundamente dinâmico, que afeta a correlação de forças entre dominantes e dominados na sociedade.

A luta pela ANC como processo político articulado à reconstrução da sociedade civil no Brasil, resultante da acumulação de forças sociais que vinha se desenvolvendo na luta contra a ditadura.

Traduzimos a visão estratégica de fortalecimento dessa perspectiva de intervenção educativa em um Boletim chamado “POVO CONSTITUINTE”. Apresentávamos a perspectiva de que não é tanto a luta por uma Constituição formal, jurídica, mas sim a luta pela constituição política do povo brasileiro, isto é, um povo que se constitui politicamente dentro de um processo, de um processo a longo prazo.

PROCESSO DE LONGA DURAÇÃO

A definição política alcançada pelas entidades de educação popular significa que nós não temos ilusão quanto a duração desse processo em termos de modificações político-sociais, em termos de poder. Mas, é preciso estabelecer o que significa crescer no processo político real que está se desenvolvendo no país desde então, o que significa essa Constituinte politicamente? Afirmávamos a possibilidade do movimento popular crescer a nível de organização comunitária, partidária, sindical, com as suas diversas entidades. Crescer o nível

de consciência, a nível de ação política e crescer também no plano das conquistas sociais. O aspecto político formal, institucional complementaria dialeticamente essa dimensão própria dos movimentos sociais.

Nossa atuação como entidade de educação deveria levar em conta a necessidade de combinar a dinâmica da formação de comitês pela participação popular na Constituinte com o momento pedagógico, com uma etapa de esclarecimento prévio acerca da ANC. A ditadura militar deixou o país com uma débil consciência política, os trabalhadores e o povo sem consciência de cidadania, sem consciência sindical. Os cursos desenvolvidos a partir do Projeto “Educação Popular na Constituinte” buscaram de certa forma, enfrentar esse desafio através de um trabalho pedagógico, que fosse ao mesmo tempo um trabalho político organizativo.

Tínhamos que interligar muitas dimensões no trabalho educativo: discutir as questões políticas, conscientizar em torno dessas questões, fazer a formação política, ao mesmo tempo ir criando os comitês de participação popular com o desenvolvimento das ações políticas. No sentido de que a auto-educação das massas, pelo menos daqueles que entravam no processo pedagógico. E não é só através do curso ou seminário que vamos politizar os trabalhadores: o que vale mais é a autoformação que se dá dentro do processo político e as ‘diretas já’ tinham demonstrado isso.

No Brasil, milhares de pessoas entraram na luta política diretamente e no cenário que consideramos fundamental, o cenário da rua, o cenário aberto, o cenário de massa. Somente aí se daria esse crescimento da força popular dentro do processo político constituinte, e não no cenário elitista e fechado que é o cenário institucional. Ligando essas preocupações à avaliação que fazíamos da conjuntura, como sendo de uma transição conservadora, excludente da participação popular, a luta constituinte seria um momento para buscarmos a participação popular.

Já que o Governo Sarney, com a morte de Tancredo, buscava levar o processo da transição conservadora nos marcos do cenário institucional, e não das lutas sociais, devíamos levar o trabalho na direção oposta. Coincidindo com a visão da CUT e mais particularmente com a do PT consideramos que o centro político estava na luta social. Ao contrário dos partidos políticos como o PCB e o PCdoB que se propunham atuar gerindo a transição, desde o início consideramos em nosso trabalho educativo que questões como a reforma agrária, mais do que uma questão jurídica é uma questão da luta política, da luta social.

Fazer avançar a luta social, o processo político no campo do movimento popular nessa direção, de formar comitês de participação popular. Delimitando ainda mais a nossa atuação resolvemos direcionar os cursos para as áreas em que estavam surgindo os comitês de participação popular na Constituinte. Os cursos deveriam ser um momento importante para a formação do comitê, para criar um potencial político maior da sua intervenção, procurando casar nossa intervenção educativa com o fator social.

OS CURSOS , OS COMITES E A ARTICULAÇÃO NACIONAL

Nós começamos a realizar através do Projeto” atividades junto a movimentos e entidades de bairro bem como junto a sindicatos. Em Pernambuco, onde se criou um importante

movimento pela participação popular, no Rio de Janeiro, no Ceará, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Paraná e Santa Catarina. Em todos esses estados onde estivemos com o “Projeto”, através de cursos e seminários, foram formados comitês populares, embora existissem leituras políticas diferenciadas, como em São Paulo, onde o discurso do comitê era marcado pela hegemonia liberal.

Os comitês eram de nível mais local, e em geral se articulavam através das Plenárias estaduais. Por exemplo, em Santa Catarina, tinha um comitê em Chapecó, um em Lages, em Blumenau, em Joinville, até confluir na Plenária estadual. No lançamento em Lajes, do Comitê pro-participação popular na Constituinte, tinha cerca de 400 pessoas, para indicar a dimensão que poderia ter um comitê local.

O desenvolvimento das articulações estaduais, e de alguma maneira o apoio do nosso “Projeto”, permitiram a formação da Plenária Nacional do Movimento pro-participação popular na Constituinte.

‘BASISMO’ E IGREJA

Na nossa peregrinação nacional pudemos observar a relação estreita entre os trabalhos políticos dos comitês e o peso dos trabalhos de Igreja, particularmente da Igreja católica. Por ser uma leitura política que bate com a prática do militante cristão, a da ênfase no trabalho de base, os trabalhos locais acabariam bastante ligados ao desenvolvimento do processo de participação política direta que se abriu no país. A ideia da democracia direta, da participação das massas com destaque para questão social aproximava-se bastante do chamado “basismo” da Igreja, como preocupação com a autoemancipação dos oprimidos.(...)

Sempre afirmávamos saber que a Constituinte não resolveria os problemas nacionais, mas que cabia incluir nela as propostas populares e que era preciso a eleição de um bloco democrata para defender as propostas populares e influir no conteúdo da nova Carta.

Mas, como nos pareceu que a participação da massa se deu majoritariamente a partir de setores da Igreja, e dadas as dificuldades e resistências iniciais de partidos e sindicatos combativos em relação às possibilidades políticas abertas por esse processo, podemos concluir que a luta pela participação popular na Constituinte ganhou contornos mais definidos pela questão da cidadania no sentido dos movimentos populares. O seu caráter se definiu mais pela dimensão local e de bairro do que pela face sindical e partidária.

A IMPORTANCIA DA INSTITUCIONALIDADE

Ao definirmos o aspecto principal da nossa atuação, em direção ao eixo da democracia direta, não quer dizer que desprezássemos o secundário, a participação institucional. Desde o início do trabalho do CEDAC, em 85, acompanhamos a luta por uma ANC que fosse um poder soberano, uma assembleia com poder originário. Sofremos uma primeira derrota quando o Governo impôs o Congresso Constituinte, e apesar de alguns setores terem colocado a vontade de desistir da participação de uma “farsa”, mantivemos nossa disposição de trabalho como a maioria do movimento e partidos populares faria. A gente não entendia como é que se faz história estando fora da história. Nós temos que estar dentro do processo, e para nós não

se trata de “ tudo ou nada”, cujo resultado é um só, é o nada. O importante é como criar uma alternativa dentro do processo, nas condições colocadas pela historia.

Agora, esse tema faz parte do debate do próprio movimento popular no Brasil; da dificuldade de encarar de uma maneira correta o problema institucional. dai que as dificuldades só poderiam ter se ampliado quando entramos na conjuntura eleitoral, porque houve uma quebra de perspectiva, não só tática mas estratégica.

Na segunda metade do ano de 1986, as eleições para Constituinte, junto com as eleições majoritárias e proporcionais ao nível estadual, nos colocaram numa nova etapa de luta. Se nós fomos “uma azeitona na empada” do processo político pro-participação popular na ANC, e num quadrod e muitas iniciativas, o “Projeto” contribuiu com o avanço qualitativo do movimento em escala nacional, ficava mais difíci definir os novos rumos da nossa atuação na hora em que, além das Propostas, o movimento deveria escolher os seus representantes. Como relacionar as Propostas com a escolha de representantes, preservando o caráter suprapartidário do movimento ?

A QUESTÃO ELEITORAL

O movimento popular articulado para a elaboração de Propostas populares e ações de massa visando a ANC, é por definição um movimento suprapartidário: ele aglutina os militantes dos movimentos sociais e forças de diversos partidos. Tanto ao nível do “Projeto” quanto ao nível do movimento e dos comitês, a dificuldade quanto ao tratamento a ser dado ao problema da indicação e escolha de candidatos não foi bem resolvida. Num contexto novo retornou o debate sobre o “candidato popular” que lembrava o debate sobre a participação eleitoral durante a ditadura militar. Houve um certo moralismo do “Projeto” no trato mais aprofundado dessa questão, por medo de manipulação política.

Falava-se muito de candidato popular, daquele que estivesse comprometido com o povo. Surgiu a ideia de fazermos um perfil dos candidatos, indicando a “lista negra”, colocando o histórico do candidato, e se fosse um político que já tivesse tido mandato, indicaríamos como votou, em questões como, por exemplo, a das Diretas, ou nos vários decretos sobre o arrocho salarial, etc. Podíamos tornar, assim, transparentes as candidaturas. Mas quem éramos nós do “Projeto” para elaborarmos uma lista ? Poderíamos ser “atacados” por setores tradicionais. Foi o próprio movimento que assumiu, em alguns locais, a elaboração dos perfis críticos, em Pernambuco, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina, etc. Houve um perfil feito pela CPT que deixou muitos candidatos irritados, a grande imprensa também falou nisso como uma “queimação” de alguns candidatos, que chegou a atingir até figuras de proa do PMDB, que antes tinham votado contra interesses democráticos populares.

Enfatizando que os comitês tinham que garantir o seu caráter suprapartidário, nós “dançamos”, de certa forma; para manter uma certa pureza ideológica nós não conseguimos sujar as mãos dentro do processo eleitoral. E acho que isso foi um fato mais ou menos generalizado nos comitês de participação popular, porque quando o pessoal resolveu aderir mais, fazer campanha, já era tarde demais. Além dessa dificuldade de formulação política ainda tínhamos a questão do poder econômico, a eleição para governador, etc.

O resultado em termos de representação popular foi evidente: os representantes da esquerda popular não chegam a 5% da composição do Congresso Constituinte. Faltava o suporte de um bloco democrático para levar adiante as Emendas populares.

Qual o nome que você aponta como candidato popular? Essa e outras perguntas se colocavam no nosso trabalho, e para não ferir o lado “pedagógico” da liberdade e autonomia da escolha popular, não enfrentávamos o problema concreto que estava colocado para os participantes do movimento, dos cursos e seminários.

A DINAMICA DOS CURSOS

Procuramos no trabalho dos cursos e seminários garantir a participação dos presentes utilizando a ideia da divisão em comissões temáticas. Procurando transformar os comitês de participação popular em pequenos comitês constituintes, dividindo grupos como se fossem comissões temáticas. Em Lajes, o pessoal trabalhou a questão do município, a saúde, a educação, o transporte, realizando depois uma plenária onde cada comissão apresentava os seus resultados. A partir de experiências como essa, fomos tendo um processo cumulativo de propostas populares, que não devem ser confundidas com as Emendas populares enviadas sob a forma de abaixo-assinado para a Constituinte. Trabalhamos sempre na perspectiva da população elaborar diretamente suas propostas.

Ocorria também nos cursos adotarmos uma espécie de teatro, um sociodrama, simulando uma Constituinte e os interesses nela representados. Lembro-me de um curso com trabalhadores rurais em Juazeiro na Bahia onde tivemos uma Constituinte simulada, tinha gente representando a polícia, a repressão, outros o lobby econômico, patronal, outros a sociedade. O teatro era muito rico porque tocava o cotidiano das pessoas.(...)

Aproveitamos como base para o Boletim que editamos sobre conjuntura política, e como um instrumento para os cursos, o livro do Betinho (Herbert José de Souza, do IBASE), “Como Fazer Análise de Conjuntura”. Creio que esse livro é a primeira sistematização sobre essa questão que se faz no Brasil. Os cursos começavam assim: em vez de nós fazermos uma análise de conjuntura, passávamos a metodologia para que as pessoas, divididas em grupos, pudessem analisar a conjuntura. Fizemos esse Boletim apresentando uma sistematização de metodologia de análise para que eles próprios, os participantes dos cursos, pudessem multiplicar esse tipo de trabalho de formação política sem a nossa presença. Entre esses trabalhos de esclarecimento da conjuntura política e da busca de formular proposições para a Constituinte nós fomos desenvolvendo nosso trabalho.

QUANDO DA BUSCA DE FORMAS DE PRESSÃO SOBRE A Constituinte, foi cogitada a hipótese de contrabalançar o caráter congressual da Constituinte, simulando uma Constituinte de caráter nacional com representantes populares, delegados eleitos, que funcionaria em Brasília com um papel político crítico e mobilizador em torno das propostas populares. Muitos consideraram que essa proposta trazia riscos de “paralelismo”, desviando o sentido da luta que deveria confluir exclusivamente sobre a Constituinte real, oficial. Isso não impediu que se buscasse realizar constituintes em âmbito municipal, simuladas, para fins de elaborar propostas e educar politicamente a população, o que correu em Vila Velha no Espírito Santo.

AS EMENDAS POPULARES

As propostas elaboradas pelos movimentos locais e pelas constituintes simuladas, e mesmo sugestão de emendas feitas por movimentos de base precisavam ser preservadas, por isso, com o apoio do “Projeto”, o IBASE criou o “Banco de dados” sobre as propostas da sociedade civil para a Constituinte. Hoje, depois do processo eleitoral, já ultrapassada a etapa das assinaturas em torno das Emendas, e quando as tarefas são de pressão política sobre o Congresso para as votações, nossa proposta continua sendo de recolher essas propostas elaboradas nesses comitês de participação popular.

As Emendas populares foram elaboradas num outro cenário, muitas vezes com divergências políticas, como foi o caso da reforma agrária que não teve uma emenda unificada, embora elas tenham assimilado e aproveitado muita coisa que foi produzida dentro do debate coletivo de base. Podemos dizer que o trabalho de participação popular contribuiu para a preparação do terreno que levou a obtenção de 12 milhões de assinaturas em torno das Emendas populares, um trabalho imenso, que se revelou a garantia para o impulso de coleta de assinaturas. Desde uma freira que pega uma barquinha na Amazonia e desce o rio recolhendo assinaturas nas comunidades, até o delegado sindical do Estaleiro Naval em Niterói-RJ que afirmou ter andado diariamente alguns quilômetros discutindo com cada companheiro que ele encontrava. Ele dizia: “Cada operário que eu pego, eu fico cinco, dez minutos com ele discutindo a importância da estabilidade, da liberdade sindical...”.

O REFLUXO DA PARTICIPAÇÃO POPULAR

O “Projeto” foi renovado para 1987, e nós tínhamos uma análise feita em conjunto com as entidades, de que esse não seria um ano para fazermos cursos, e de certa forma, o campo político pedagógico estava esgotado. A questão agora é a da pressão do movimento popular sobre o Congresso Constituinte. Passamos o ano de 1987 acompanhando a elaboração do projeto de Constituição, apoiando seminários e caravanas a Brasília. Nesse período pudemos constatar as debilidades da capacidade de lidarmos com a instituição do Congresso, com o poder de pressão dos ‘lobbies’ patronais e com a presença política da UDR. Os obstáculos vão desde a dificuldade com os representantes em sua maioria conservadores, até a capacidade de manobra e neutralização que podem desarticular os movimentos.

Não fomos percebendo, acompanhando os movimentos populares, a presença articulada das forças do capital e do latifúndio, e isso contribuiu para o refluxo dos comitês, quando se deparavam com as enormes exigências de mobilização que teriam de ser feitas para compensar a precária representação de esquerda no Congresso. Mas a crise conjuntural trouxe de volta a questão das diretas, e os resultados parciais positivos obtidos na Comissão de Sistematização abriram novas possibilidades para a retomada do movimento.

NOVAMENTE AS DIRETAS

As dificuldades para um salto de qualidade na luta política de massas permaneceram, como também a dificuldade de mantermos a pressão quanto às bandeiras populares que devem ser garantidas na próxima Constituição, e, ao mesmo tempo, enfrentarmos a mobilização para as diretas em 88. Nós não devemos jogar fora toda a força articulada em direção à questão da

Constituinte. Os resultados da Comissão de Sistematização, na aprovação de alguns direitos fundamentais dos trabalhadores, e sobretudo agora, na questão das diretas em 1988, vem reanimar um pouco o quadro político, mas a “ameça”, do ponto de vista popular, pela ação articulada da UDR, pelas manifestações militares, como a de Apucarana, e pela mobilização da direita no chamado “Centrão”, mostra que a iniciativa é das forças reacionárias.

Buscando articular o trabalho de educação popular com o desdobramento da crise política, visando buscar um conteúdo mais preciso, do ponto de vista político-social para o trabalho iniciado em torno da Constituinte, as entidades ligadas ao “Projeto Educação Popular na Constituinte”, indicam uma nova perspectiva de retomada do trabalho educativo. Trata-se de destacar o tema da Dívida Externa como uma das bandeiras que sintetizam um obstáculo político-social significativo do capitalismo internacional para a realização dos objetivos de melhoria das condições políticas, econômicas e sociais de nosso povo, e, num enquadramento mais amplo, dos povos oprimidos de outros continentes.

As Diretas, isoladamente, não definem um conteúdo, uma direção social, dentro dos interesses da classe dos trabalhadores: é uma contradição conjuntural que por si só não resolveria as nossas questões fundamentais. Por isso é necessário transformar o Projeto de educação popular, modificando o eixo político, centrado na Constituinte, na direção da questão da Dívida Externa; com isso: 1) retomar as atividades educativas; 2) tentar recuperar os comitês populares; 3) buscar a articulação com um conjunto mais amplo de entidades como a CUT e a CGT que já trabalham essa questão a nível de América Latina. A perspectiva é de trabalhar, fazer cursos, jogar na frente a questão da Dívida Externa como um obstáculo espoliador às lutas sociais dos povos por melhores condições de vida, e com todos os efeitos regressivos em matéria política”.

Consultar:

- 1) Claudio Nascimento – “Constituinte e democracia direta”. Ensaio no “Dossiê Constituinte” do CEDI. SP. (Páginas 193-197). 1986.
- 2) “Cidadão Constituinte. A saga das emendas populares”. Paz e Terra. 1989
- 3) Cesar Caldeira - “Que ‘Educação popular’ para a Constituinte”. FASE. Revista “Proposta”, n.37. agosto 1988.